

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**  
**(Organizadora)**

# INQUIETAÇÕES E PROPOSITURAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

# Inquietações e Proposituras na Formação Docente

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
158	<p>Inquietações e proposituras na formação docente [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-381-1 DOI 10.22533/at.ed.811191106</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 370.71</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Não há Educação sem História. Não há História sem Memória Ciência, sem História e Memória. Quase sempre deforma. Vejo-me entre crianças, sentindo-me professor, num barracão de chão batido, coberto de palha, no fundo do quintal, de onde era minha casa, no meu sempre, no meu mundo, no meu tudo, Parintins... [...] Saibamos construir nossa história. Saibamos semear nas memórias Daqueles que estão Daqueles que ainda virão... O pouco que fazemos O pouco que pensamos. O pouco que sentimos. O pouco que vemos... Neste percurso Que falseia o espaço. Que falseia o tempo... Agora é a hora! Este é o momento! Que todos, avancemos! (Amarildo Menezes Gonzaga/2012). Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas! (Mário Quintana, 1951) O trecho extraído do poema “Das utopias”, de Mário Quintana, é um convite para mantermos viva a utopia, pois uma sociedade sem utopia é uma sociedade sem sonhos e esperanças. Entendemos que, para discutir essa questão, torna-se necessário, inicialmente, evidenciar a indiscutível importância do acervo de conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados na orientação ou reorientação do fazer pedagógico. No momento atual, constatamos um processo contínuo de fluxo e refluxo, um movimento incessante que caracteriza não apenas o mundo físico, mas também os domínios educacionais, psicológicos, sociais, políticos e culturais presentes no mundo. Sendo assim, urge um repensar sobre fenômenos educacionais, uma vez que o contexto teórico existente e disponível se apresenta insuficiente para responder aos problemas mais prementes ou solucioná-los. Nesse sentido, novos debates, novas ideias, novas articulações, novas buscas e novas reconstruções, fundadas em novas concepções, ou seja, novas formas de pensamento revelam a maneira de olharmos a realidade como um todo e não como uma única forma de entendermos o mundo circundante, ante a insatisfação com os modelos predominantes de explicação para as questões emergentes no âmbito educacional. Em contraposição a essa prática, Freire (1997: 21) defende que a educação compreende um espaço privilegiado para se problematizar os condicionamentos históricos, partindo do pressuposto de que “somos seres condicionados mas não determinados; ou ainda que, a história é tempo de possibilidade, (...) o futuro é problemático e não inexorável”. Sendo assim, não podemos mais conceber que, na orientação da formação dos profissionais da área educacional, haja uma predominância de tendências paradigmáticas da educação, que tenham por finalidade principal o domínio por parte do futuro profissional de conhecimentos fechados, acabados, transmitidos através de uma metodologia que exacerba a aula expositiva como técnica de ensino e considera a prova como ferramenta para aprovar ou reprovar o aluno. Essa prática revela, por um lado, a ineficiência do ensino e, por outro, o lado cruel da escola, que, muitas vezes, penaliza os excluídos socioculturalmente, estigmatizando-os e aprofundando a distância entre prática profissional e produção do conhecimento científico. Em síntese,

a formação do professor deve ser compreendida para além do simples treinamento em destrezas, na perspectiva de torná-lo sujeito do processo de (re) construção do saber. No artigo (IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR, as autoras Aparecida Silvério ROSA e Fernanda Telles MÁRQUES buscam analisar comparativamente os entendimentos de alunos e de professores de um curso superior acerca da questão da indisciplina em referido nível de ensino. No artigo A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, os autores Patrício Ceretta E Luiz Gilberto Kronbauer buscam tratar da importância da Ética na formação de professores, identificando espaços dedicados ao estudo de ética ao longo dos Cursos e refletindo sobre a incidência da Ética na prática docente. No artigo A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS, as autoras Magda Miranda de Assís Cruz e Magda Madalena Peruzin Tuma buscam trazer uma experiência do Ensino de História local realizada em uma escola pública, que, como campo do Estágio Curricular Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2016). No artigo A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, busca tratar da política de institucionalização de polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. No artigo APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA, os autores Pâmela Bueno Costa e Samon Noyama buscam fazer uma provocação quanto a um tema legítimo da filosofia, que já foi motivo de especulação de filósofos na antiguidade grega e, com devido destaque, na filosofia europeia do final do século XVIII: a relação entre filosofia e literatura. No artigo AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES, as autoras Juliana Cristina Ribeiro da Silva e Patricia Helena Mirandola Garcia as autoras buscam apresentar o resultado de uma aula prática de Geografia, História, Biologia, Antropologia e Arqueologia do Mato Grosso do Sul realizada em um sítio arqueológico com figuras rupestres datadas de aproximadamente 3.000 anos. No artigo AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES, as autoras Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Elsbeth Léia Spode Becker buscam refletir o processo dinâmico e inquietador de se autotransformar pela docência é algo complexo e extremamente necessário à atuação docente em suas diversas práticas, sejam elas coletivas, sociais ou subjetivas. No artigo CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR, as autoras Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Iracilde Maria de Moura Fé Lima, buscam propor estratégias para serem aplicadas em sala de aula, nas disciplinas dessa área, buscando possibilitar o desenvolvimento da criatividade dos alunos, contribuindo para uma maior eficiência do processo ensino- aprendizagem na construção do conhecimento. No artigo EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA

MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE, os autores Sônia Pinto De Albuquerque Melo e Elza Ferreira Santos buscam discutir sobre a educação e a moralidade postas como instrumentos importantes à formação humana, a partir do discurso pedagógico da Modernidade, Contemporaneidade, Oitocentos e século XX.

No artigo ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a autora Ana Paula Guedes, busca analisar como se compreende o resgate das decisões políticas acerca do ensino de língua estrangeira no Paraná e no Brasil. No artigo ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO as autoras Paula Adriana Rodrigues e Stéfani Martins Fernandes buscam relatar a experiência e o olhar de uma professora da Instituição por meio da prática desenvolvida e uma das suas vivências numa das turmas de multi-idade com crianças de um ano e meio a cinco anos e onze meses. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA, os autores Eromi Izabel Hummel e Mara Silvia Spurio buscam apresentar a formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação de Londrina. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, os autores Leni Hack e Robson Alex Ferreira buscam apresentar as reflexões sobre a formação de professores/as de Educação Física e as possibilidades de aproximação entre a Universidade e as Escolas parceiras no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. No artigo GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID, os autores Hitalo Cardoso Toledo, Jéssica Hernandes Vizu Silva, Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma, buscam relatar a experiência do pibidiano/professor de Educação Física no ensino do conteúdo ginástica para estudantes do ensino fundamental I. No artigo JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, as autoras Nakita Ani Guckert Marquez e Dalva Maria Alves Godoy buscam apresentar algumas reflexões acerca da importância dos jogos de consciência fonológica para o processo inicial de alfabetização. No artigo METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES, os autores Robinalva Ferreira, Marília Morosini, Pricila Kohls dos Santos, Luisa Cerdeira buscam analisar os avanços e desafios na prática pedagógica docente e na aprendizagem de estudantes universitários após a utilização de Metodologias Ativas (MAs), na percepção de professores. No artigo M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI) os autores Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, buscam apresentar uma proposta de um modelo pedagógico direcionado para atividades de m-learning (mobile learning), fundamentado na teoria da Sala de Aula Invertida (SAI), denominado de ML- SAI. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO

PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO, os autores Itamara Peters, Eliana Merlin Deganutti de Barros, buscam investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH. No artigo OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, a autoras Analice dos Santos Lima e Luciene Maria Patriota buscam relatar, descrever e analisar, o estudo com o gênero História em Quadrinhos na sala de aula. No artigo POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL, a autora Susana Schneid Scherer, busca assinalar alguns reflexos das políticas educacionais em vigência sobre os docentes públicos escolares brasileiros. No artigo REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE, as autoras Rafaelle Sanches Cutrim e Denise Bessa Léda realizam um estudo em fase inicial sobre as repercussões da financeirização do ensino superior privado na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente, a partir de uma instituição de ensino superior pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão. No artigo SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS a autora Mônica Tessaro realiza um recorte de minha pesquisa de Mestrado, sendo que o objetivo geral foi investigar em que medida os processos educativos desenvolvidos na escola favorecem a estruturação do foreground dos jovens estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. No artigo TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES a autora Adriana dos Santos busca discutir sobre a utilização de TD no âmbito das práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física Escolar. No artigo INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri buscam com este estudo identificar a percepção de gestores de escolas públicas sobre a educação sexual em instituições públicas escolares. No artigo: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO as autoras : Adriana Moreira de Souza Corrêa e Josefa Martins de Sousa constitui em uma pesquisa bibliográfica, com objetivo apresentar tecnologias de baixo custo que favorecem o trabalho do professor de Língua Portuguesa no ensino das pessoas com Paralisia Cerebral.



E no artigo: LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFSSIONALIZANTE os autores : Allan Charlles Mendes de Sousa, Marcos Bohrer, Cláudia Fátima Kuiawinski, Emilly Karine Ferreira e Gisele Canal Masier trata da apresentação de um projeto que propôs a construção de uma Litoteca - acervo catalogado de minerais e fragmentos de rochas - como uma ferramenta pedagógica a ser utilizada no curso técnico de Agropecuária integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense Campus Videira.

Solange Aparecida de Souza

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES no ENSINO SUPERIOR	
Aparecida Silvério Rosa	
Fernanda Telles Márques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Patrício Ceretta	
Luiz Gilberto Kronbauer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS	
Magda Miranda de Assis Cruz	
Magda Madalena Peruzin Tuma	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	
Tânia Barbosa Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA	
Pâmela Bueno Costa	
Samon Noyama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
Patricia Helena Mirandola Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911066</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES	
Natália Lampert Batista	
Tascieli Feltrin	
Elsbeth Léia Spode Becker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911067</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>82</b>
CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Iracilde Maria de Moura Fé Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>96</b>
EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE	
Sônia Pinto De Albuquerque Melo Elza Ferreira Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8111911069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>113</b>
ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
Ana Paula Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO	
Paula Adriana Rodrigues Stéfani Martins Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>131</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA	
Eromi Izabel Hummel Mara Silvia Spurio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA	
Leni Hack Robson Alex Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>153</b>
GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID	
Hitalo Cardoso Toledo Jéssica Hernandez Vizu Silva Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Nakita Ani Guckert Marquez Dalva Maria Alves Godoy	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110615</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>170</b>
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES	
Robinalva Ferreira Marília Morosini Pricila Kohls dos Santos Luisa Cerdeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI)	
Ernane Rosa Martins Luís Manuel Borges Gouveia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110617</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>193</b>
O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO	
Éllen Patrícia Alves Castilho Darcísio Natal Muraro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>201</b>
O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO	
Itamara Peters Eliana Merlin Deganutti de Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>215</b>
OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Analice dos Santos Lima Luciene Maria Patriota	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110620</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>224</b>
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL	
Susana Schneid Scherer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110621</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE	
Rafaelle Sanches Cutrim Denise Bessa Léda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81119110622</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>250</b>
SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS	
Mônica Tessaro	
DOI 10.22533/at.ed.81119110623	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>264</b>
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES	
Adriana dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.81119110624	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>276</b>
INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.81119110625	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>285</b>
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO	
Adriana Moreira de Souza Corrêa	
Josefa Martins de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.81119110626	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>295</b>
LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE	
Allan Charles Mendes de Sousa	
Marcos Bohrer	
Cláudia Fátima Kuiawinski	
Emilly Karine Ferreira	
Gisele Canal Masiero	
DOI 10.22533/at.ed.81119110627	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>302</b>

## A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

**Tânia Barbosa Martins**

O presente texto é resultado de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O texto foi publicado originalmente na EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 45, p. 273-289, jan./abr. 2018.

**RESUMO:** O artigo trata da política de institucionalização de polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. Apresenta-se os significados administrativos, pedagógicos e organizacionais atribuídos à institucionalização dos polos com a finalidade de expansão e interiorização do ensino superior e uma discussão sobre o conceito de “institucionalização”, considerando as políticas públicas de Educação a Distância e o Sistema Universidade Aberta do Brasil. O percurso metodológico se fundamenta na pesquisa qualitativa, com discussão da literatura, complementada por entrevistas com coordenadores de polos. Conclui-se que há uma noção restritiva do conceito de Institucionalização, atrelada a aspectos pedagógicos, administrativos e organizacionais da modalidade de ensino a distância, que desconsidera ou menospreza, as próprias políticas públicas e educacionais. O consórcio que institui os polos, oriundos de uma concepção que flexibiliza uma organização, patrocina sua

própria (des) institucionalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação a Distância; Polos de Apoio Presencial; Institucionalização de Polos; Expansão do Ensino Superior.

### THE POLICY OF INSTITUTIONALIZATION OF PRESENTIAL SUPPORT POLES OF THE OPEN UNIVERSITY OF BRAZIL

**ABSTRACT:** The article treat of the policy of institutionalization of presential support poles of the Open University of Brazil system. It presents the administrative, pedagogical and organizational meanings attributed to the institutionalization of the poles for the purpose of expansion and internalization of higher education and a discussion about the concept of “institutionalization”, considering the public policies of Distance Education at the Open University System of Brazil. The methodology used is based on the qualitative resource, with discussion of the literature, complemented by interviews with polo coordinators. It is concluded that there is a restrictive notion of the institutionalization, interconnected to pedagogical, administrative and organizational aspects of the distance education modality, which disregards or belittles the public and educational policies themselves. The consortium that establishes the poles, from a conception

that flexibilizes an organization, sponsors its own (dis) institutionalization.

**KEYWORDS:** Distance Education; Presential Support Poles; Institutionalization of Poles; Expansion of Higher Education.

## INTRODUÇÃO

O Polo de Apoio Presencial é um elo de referência no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>1</sup>, pois é o espaço de apoio administrativo e pedagógico para o desenvolvimento de cursos e programas a distância. É no polo que os alunos realizam as atividades presenciais obrigatórias, incluindo avaliação, estágios, defesa de trabalhos ou prática em laboratório. O Decreto nº 6.303/07, que versa sobre o processo de credenciamento da instituição ao considerar a obrigatoriedade de momentos presenciais, assegura que o êxito do Sistema UAB depende das condições de funcionamento do polo.

Para um polo poder funcionar legalmente, há uma série de requisitos exigidos pelo sistema UAB/CAPEL. Os Estados ou municípios que serão os mantenedores, são os responsáveis “[...] por prover a infraestrutura física e tecnológica e os recursos humanos e materiais requeridos para o desenvolvimento dos cursos EaD no polo de apoio presencial [...]” (WOLF, 2014, p.64). Conforme Wolf (2014, p. 16) nos polos deve constar: (a) as dependências administrativas e o equipamento e o mobiliário especificado por dependência administrativa; (b) os recursos humanos referentes à equipe técnica, administrativa e docente (tutores presenciais e coordenador).

Em relação aos aspectos financeiros, os polos recebem recursos provenientes do Sistema UAB, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para custear as bolsas dos coordenadores e tutores. Os custos com a remuneração dos demais profissionais e com organização e manutenção dos polos são de responsabilidade dos Municípios e Estado, considerados Mantenedores do polo. Apesar da política de compartilhamento das responsabilidades, há muitos municípios e/ou estados com dificuldades de cumprir com os seus compromissos. Com isso em vista, o Governo Federal por meio da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, incluiu os Polos de Apoio Presencial do Sistema UAB na assistência financeira do Programa “Dinheiro Direto na Escola”.

Os polos de apoio presencial são vulneráveis as mudanças políticas e enfrentam dificuldades de implementação e continuidade, portanto, de institucionalização. Observa-se que o acordo de cooperação técnica entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPEL), universidades e municípios e/ou estados, denominados de Consórcio, não garantem de imediato a institucionalização dos Polos de Apoio Presencial. Alguns municípios por meio de iniciativas e mobilização

---

1. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é “um sistema voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores e programas de educação superior no país” (BRASIL, 2006).

pessoal de seus coordenadores conseguiram se institucionalizar, conforme as regras estabelecidas pela Capes (termo de acordo e cooperação e lei de criação dos polos).

Tendo em vista a importância assumida pelos polos de apoio presencial, nesse artigo propõe-se a discutir os significados administrativos, pedagógicos e organizacionais atribuídos ao processo de institucionalização dos polos de apoio presencial do sistema UAB cuja finalidade é contribuir com a política de expansão e interiorização do ensino superior no país. Para ampliar as perspectivas de análises acerca da política de institucionalização dos polos de apoio presencial, apresentamos também parte dos depoimentos realizados com coordenadores de polos de 3 cidades localizadas no interior dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, a fim de apresentar uma compreensão mais cotidiana dos problemas e das dificuldades enfrentadas pelos polos para se institucionalizar.

## OS SIGNIFICADOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Alguns autores como Ferreira e Mill (2013) e Ferreira e Carneiro (2015) discutem alguns parâmetros que podem ser considerados para configurar um processo de institucionalização da educação a distância (EaD). Mas os critérios tratam de um modelo ainda idealizado de EaD, um projeto utópico de como deveria ser uma educação a distância de modo a institucionalizar-se, isto é, a sedimentar-se como modalidade educativa, tal como previsto na modalidade de ensino presencial. Alguns parâmetros elencados pelos autores para institucionalização da EaD são, por exemplo, a) os aspectos políticos e filosóficos de uma concepção educativa própria e singular, isto é, a consideração da educação a distância como um modelo educativo que exige um planejamento adequado e flexível, bem como políticas ajustadas à educação a distância; b) os aspectos de organização, que devem necessariamente mesclar e articular as modalidades presenciais e à distância, numa mesma unidade gestora e acadêmica; c) os aspectos relacionados à infraestrutura que dão o suporte necessário e contínuo à uma gestão técnico-pedagógica e administrativa; d) os aspectos de pessoal para garantir a formação e a capacitação necessária à modalidade de educação a distância; e) e os aspectos relacionados às políticas voltada aos alunos: suportes acadêmicos, pedagógicos e auxílios (ajuda de custos, bolsas, etc.), ou seja, políticas universitárias voltadas aos estudantes. Com essas dimensões sendo satisfeitas poder-se-ia afirmar que a EaD caminha no sentido da sua institucionalização tal como a modalidade de ensino presencial.

Dessa forma, a institucionalização é conceituada, sobretudo, pelo status de instituição, em outras palavras, remetendo a uma forma de organização que permita a perenidade das ações e dos objetivos e finalidades. Esta concepção fundamenta-se em estudos organizacionais vinculados à Teoria Institucional, de Meyer e Rowan, que discorrem relacionando à similaridade e estabilidade das organizações (NASCIMENTO;



VIEIRA, 2016). Assim, ainda Ferreira, Mil e Carneiro tratem da questão filosófica e política, não se foca ou se aprofunda nas políticas públicas e educacionais de EaD/UAB; em geral, uma concepção mais progressista do processo de institucionalização se concentra nas análises das condições de infraestrutura e recursos humanos, isto é, no conjunto dos recursos físicos, materiais, tecnológicos, acadêmicos e de pessoal qualificado para a execução dos objetivos e finalidades do sistema UAB.

De alguma forma é um parâmetro bastante correto de análise da institucionalização da EaD, mas incompleto e insuficiente na consolidação da modalidade. Mesmo considerando a EaD uma modalidade singular que exige flexibilidade organizacional e institucional, os parâmetros são correlatos e tomados emprestados da modalidade presencial, em outras palavras, do modelo hierárquico burocrático universitário de ensino superior público-estatal. Além do mais, mesmo nos aspectos filosóficos e políticos, considera-se a institucionalização do ponto de vista estritamente interno à empresa universitária, seja aos aspectos educacionais e pedagógicos, seja aos aspectos gerenciais e organizacionais da Instituição Universitária.

Uma concepção mais ampla de institucionalização deveria considerar ainda e, sobretudo, o aspecto histórico e contextual em que se insere as políticas educacionais voltadas à EaD no programa da Universidade Aberta do Brasil. Na realidade, são as políticas públicas e educacionais, isto é, o programa UAB, que define concretamente o entendimento de Institucionalização da EaD/UAB. Em geral, a literatura ao se referir à institucionalização, enfatiza mais a modalidade (na EaD) e menos o Programa (no sistema UAB). Assim, a institucionalização não pode se resumir apenas aos aspectos administrativos, burocráticos, técnicos, pedagógicos e gerenciais, nem mesmo estritamente aos aspectos de infraestrutura e recursos humanos, mas, sobretudo, às políticas públicas e educacionais da UAB, isto é, aos objetivos e finalidades de um determinado contexto histórico, dos interesses governamentais, dos agentes e instituições envolvidas, enfim, na política pública e educacional, que são justamente as que garantem efetivamente a perenidade do ensino superior a distância como modalidade de ensino própria e independente e como política de Estado. Somente estas são capazes de dizer ou predizer sobre o futuro da EaD institucionalizada ou sobre a forma de institucionalização como política de Estado.

Obviamente o programa UAB tem sido responsável pela “consolidação” e/ou servido de “incentivo” à expansão da modalidade EaD no Brasil, e de forma geral, de expansão do ensino superior, mas é preciso analisar a política do programa UAB e o Consórcio que se estabelece para criar e consolidar os Polos de Apoio Presencial, de modo a definir o conceito de institucionalização da modalidade e do programa (para deixar de ser um programa). Em outras palavras, a institucionalização dos Polos de Apoio Presencial é reflexo direto do próprio processo de institucionalização não apenas da modalidade EaD, que muitos estudam e pesquisam, mas, especialmente, do programa de UAB que se fundamenta numa institucionalização via Consórcio. Dessa forma, são as políticas públicas e educacionais em matéria de educação a distância público-

estatal que vão, em definitivo, definir a perenidade da modalidade e do programa. De toda forma, a metodologia mais adequada ao estudo da institucionalização deve considerar necessariamente o espaço empírico dos Polos de Apoio Presencial e suas reais condições de institucionalização, com todos os revesses e obstáculos, oriundos do Consórcio.

Os critérios estabelecidos pelos órgão oficiais (CAPES, s/d) de credenciamento de polos para a “institucionalização” e assinatura de um contrato, criando um consórcio entre o mantenedor e uma instituição de ensino superior, são: a) Assinatura do Termo de Compromisso b) Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica c) Publicação da Lei de Criação do Polo de Apoio Presencial da UAB d) Publicação da Lei Orçamentária do Polo de Apoio Presencial da UAB e) Criação do Conselho de Polo f) Criação do Regimento Interno do Polo de Apoio Presencial da UAB g) Elaboração do Plano de Gestão do Polo de Apoio Presencial da UAB.

A estruturação dos Polos de Apoio Presencial é bastante complexa (MILL et al., 2017), (VICENTE et al., 2013), exige sobremaneira a responsabilidade do mantenedor (Estado ou Município), proponente da proposta de polo; há ainda um termo de cooperação entre a CAPES e a instituição de ensino superior, com a respectiva responsabilidade de cada participante no Consórcio. O mantenedor tem a responsabilidade de arcar com a infraestrutura do Polo, sala para coordenação de polo, sala para tutores presenciais, sala para secretaria acadêmica, sala de professores, biblioteca, laboratório de informática conectado à internet, laboratórios pedagógicos de acordo com os cursos ofertados, sala de aula presencial, e com os recursos humanos, composto por coordenador de Polo; secretaria do Polo; bibliotecário ou auxiliar de biblioteca; técnico em informática; técnicos de laboratórios pedagógicos; serviços gerais; técnico de apoio para manutenção predial. Como já referido, a mera existência das condições materiais e humanas, embora fundamentais à institucionalização, em si mesmas, não garantiriam a institucionalização do Polo de Apoio Presencial

Desse modo, a institucionalização não pode se restringir fundamentalmente ao plano e ao espaço cotidiano dos polos de apoio presencial; a noção de institucionalização deve estar relacionada à totalidade, que explicita e define a proposta EaD/UAB, isto é, ao Consórcio e à maneira como as políticas públicas e educacionais direcionam o processo de institucionalização. Assim, mesmo considerando os polos como referências fundamentais à institucionalização, não pode se constituir em aspectos que meramente dizem respeito ao funcionamento e à manutenção dos polos, em dados momentos e contextos específicos, é preciso uma perenidade histórica.

Até mesmo a definição de polo de apoio presencial deve ser entendida de forma mais ampla a partir do programa (UAB) e não simplesmente da modalidade (EaD), pois não existe uma condição *sine qua non* da autonomia e independência do polo, da sua própria existência, sendo sua definição essencial cercada pelo acordo estabelecido pelo consórcio e planejada segundo as diretrizes do programa. Assim, os critérios de institucionalização que tomam por base a perenidades dos aspectos didáticos,

pedagógicos, educacionais, por considerar a modalidade de ensino a distância, também não dão conta nem mesmo de definir uma modalidade de organização e de instituição capaz de lidar com aspectos de um ensino que preza justamente o contrário da rigidez, cuja bandeira é o ensino e a aprendizagem a distância em sua inerente flexibilidade.

Há, portanto, certa confusão quando se considera o processo de institucionalização da modalidade EaD de forma indistinta da institucionalização do programa UAB, que este último longe de ser uma proposta de flexibilização de uma organização institucional, de criação de parcerias, de compartilhamento de responsabilidade, e de otimização de recursos financeiros e humanos é, ao contrário do que se propõe, uma proposta cujo princípio fundamental parece ser a própria desregulamentação qualquer vínculo com a formalidade política e jurídica das organizações e das instituições público-estatal. Nesse sentido, os polos de apoio presencial foram criados e implementados justamente dentro de uma lógica altamente flexibilizada que parece não incentivar nenhum vínculo de continuidade e perenidade.

Embora seja fundamental discutir sobre a infraestrutura e os recursos materiais, na manutenção e operacionalização dos Polos, sem as quais não se realiza a institucionalização dos Polos de Apoio Presencial, a questão que se apresenta em primeiro plano são as condições próprias e efetivas da institucionalização do programa UAB enquanto política de Estado, e a mediação pelo Consórcio, enquanto política de governo.

## **AS CONTRADIÇÕES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO**

Apesar das especificidades relacionadas à localização, os três polos de apoio presencial do sistema UAB localizados nas diferentes cidades pesquisadas apresentam muitas aproximações em termos de organização, funcionamento, abrangência regional, quantidade de alunos atendidos, entre outros. Observou-se, ainda, que algumas respostas dos entrevistados foram pontuais e individualizadas, outras se complementaram, algumas ganharam destaque, se aproximando das discussões da literatura.

De modo geral, a institucionalização dos Polos de Apoio Presencial é um processo complexo e com certos limites. Em geral, as dificuldades são inerentes aos problemas cotidianos que o próprio consórcio gera para o cumprimento do acordo, que transcorre em consonância à importância que cada municipalidade devota ao ensino superior a distância e da mudança periódica de governos, em conformidade ao jogo político local.

O sentido de institucionalização está, em geral, atrelado à criação dos polos de apoio presencial e sua formalização jurídica pelo parlamento municipal e a formalização política pelo poder executivo, ou seja, pela lei municipal de criação do polo e pela realização de um termo de acordo estabelecido pela prefeitura no Consórcio com a

Capes e a Universidade. Assim sendo, a coordenadora de polo localizado no estado de São Paulo relata:

A primeira coisa que me disseram foi que a gente tinha que institucionalizar o polo, criar legislações na cidade para que as mudanças políticas, como de prefeito, não mexessem na instituição (Coordenadora de Polo/SP).

Assim, a institucionalização é garantida pela lei de criação do polo, não dependendo mais da figura do prefeito e seus interesses e perspectivas pessoais, mas se constata que a manutenção é sempre uma tarefa dos prefeitos em exercício. Além da lei de criação do polo, depois de efetuado o termo de acordo com o executivo municipal, é preciso para institucionalizar, garantir-se os aspectos administrativos e burocráticos do polo, como o conselho de polo, com toda uma documentação e um regimento interno.

Então em 2009, criamos a lei de criação do polo, já logo no início, em 2010 nós criamos o conselho de polo, o regimento interno, já no ano seguinte e daí nós começamos as reuniões de conselho de polo. Temos, a unidade executora, também foi uma das primeiras, porque depois nós recebemos um manual e em cima do manual eu montei essa unidade executora, tem registro na receita federal, porque a gente aguarda há anos os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola para o polo, que é o dinheiro que vai direto nas escolas, que os polos foram incluídos, faz 1 ou 2 anos que eles incluíram o polo (Coordenadora de Polo/SP).

É por meio da Unidade Executora, composta de um conselho de polo que o Polo tem direito a receber a verba do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Apesar do polo de São Paulo atender às exigências, até o momento o polo não recebeu nenhuma verba, estando o polo dependente da manutenção pela prefeitura. De qualquer forma o polo localizado no estado de São Paulo está satisfazendo as exigências da CAPES de institucionalização do polo, com termo de acordo, lei de criação do polo, unidade executora com um conselho de polo e membros eleitos, com CNPJ e registro na receita federal, e ainda assim, sem as condições de garantias da permanência do polo de apoio presencial e de suas atividades educacionais e de ensino na cidade. Este polo em termos “teóricos”, de acordo com certas definições” é basicamente institucionalizado.

Em relação ao polo localizado no estado da Bahia há lei de criação e, apesar da existência formal do Conselho Gestor e de sua atuação esporádica, o Conselho Gestor não foi registrado e, conseqüentemente, o polo não recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola.

Nós formamos o conselho, tem estatuto, tem a lei de criação, a lei foi aprovada em 2013, justamente quando mudou a gestão, e assim que mudou a gente correu logo para poder aprovar a lei de criação do polo, e aí começou, tem o estatuto, tem o conselho formado [...] A gente entra com o pedido, tem a audiência, e depois a prefeita aprova a lei ou não [...] No momento apesar de termos conselho, a gente não recebe recurso [...] Não, no momento não [não há reuniões periódica do conselho]. O conselho não está registrado, a gente reúne assim, às vezes quando precisa resolver alguma coisa, mas não precisa registrar conselho em ata, isso ainda não. [...] O conselho tem representantes de alunos, de funcionário, eu como coordenadora estou como presidente, tem representante da secretaria

de educação, que é do mantenedor e tem representante de tutor presencial (Coordenadora de Polo/BA).

Já o Polo localizado em Minas Gerais se assemelha ao da Bahia, embora tenha também a Lei de Criação do Polo, o processo de institucionalização está sendo prejudicado em decorrência da não existência do Conselho Gestor:

É preciso dar continuidade a esse conselho gestor, para poder cadastrar e receber a verba do Programa Dinheiro Direto na Escola [...] Primeiro formar um conselho gestor, criar unidade, porque ela precisa ter um CNPJ, então precisa ser feito isso e a partir daí, cadastrar para estar recebendo. Isso começou na administração da ex-secretária municipal de educação, porque também não tinha, só que não houve continuidade e eu ainda não tive oportunidade de estar retornando a isso, porque nós tivemos um período de greve, aí parou, e a gente precisa ter alunos, tutores, não adianta ter só a parte administrativa, tem que ter representante de todos (Coordenadora de Polo/MG).

No polo localizado no estado de Minas, não tem conselho, portanto, não é ainda uma unidade gestora, já o polo da Bahia tem Conselho Gestor supostamente inativo, mas isso até certo ponto é indiferente comparado com o polo localizado em São Paulo, pois neste último há uma unidade gestora registrada e ainda assim, não se tem a garantia da autonomia e da estabilidade do polo. Supondo receber os recursos do PDDE-FNDE ainda assim permanece a questão da possibilidade da autonomia, mas certamente seria um passo importante nesse sentido, o que poderia constranger ou mesmo incentivar as políticas públicas e educacionais a pensar sobre o processo de institucionalização dos polos de apoio presencial.

A unidade executora permite ao polo uma mínima organização burocrática e administrativa interna, bem como uma gestão democrática e participativa, mas ainda assim, dependente dos membros consorciados. Pode-se constatar apesar de tudo que a unidade executora e suas reuniões periódicas do conselho fica sempre à mercê do interesse da coordenadora de polo e da motivação dos envolvidos do que propriamente uma exigência administrativa e legal para seu funcionamento, configurando, portanto, mais como um simples conselho consultivo, realizando uma discussão sobre as demandas do polo ou ainda um mero registro interno das deliberações do conselho. Este é o único tipo de organização interna existente no polo.

Especificamente, o conselho de polo do estado de São Paulo é presidido pela coordenadora de polo, e, por sua experiência pessoal de professora, diretora etc. que faz a coisa funcionar, inclusive com um modelo de ata considerado modelo. Assim, o conselho pode ser considerado como uma mera organização administrativa ou burocrática interna do polo, entretanto, por incluir representação que envolve a comunidade, uma vantagem destacada é refrear certas vulnerabilidades com as mudanças constantes na governança local. Interessante notar ainda que o polo funciona quando há interesse e vontade pessoal da coordenadora de polo, especialmente sua motivação pessoal e sua experiência profissional anterior.

É uma organização interna que precisa ter, porque, quando você monta um conselho desse, você envolve a comunidade, então fica mais difícil, você fica vulnerável, mas

não fica tão vulnerável as políticas públicas, quando se muda o prefeito, mas se tiver alguém da câmara aqui dentro, se tiver alguém do departamento da educação, porque são da comunidade que formam o conselho do polo, tem tutor, aluno. [...]. Eu montei, dei uma pesquisada em legislação sobre criação de conselho e essas coisas, e tem vários modelos na internet quando você procura, e daí eu montei um de acordo com a nossa realidade e mandei para o jurídico da prefeitura, eles analisaram e depois nós mandamos para a câmara, eu mandei vários modelos para o jurídico e a gente montou o nosso (Coordenadora de Polo/SP).

Apesar de tudo o conselho é também uma entidade política, que necessita de apoio de pessoas motivadas e dispostas a se apresentar como representantes da comunidade e com interesse na continuidade da empreitada do polo. O interessante, segundo os depoimentos, é que no conselho se tenha representantes da prefeitura, por exemplo, do setor de educação, e também da câmara de vereadores, configurando, novamente, o conselho com uma entidade política, ficando, agora, a mercê do jogo da pequena política, isto é, da política que se realiza nos meandros da sociedade política e no cotidiano da sociedade civil. Do ponto de vista administrativo, o conselho de polo é quem define as demandas e, embora, haja uma reserva técnica mensal na prefeitura para a manutenção do polo, há também outras demandas, que são enviadas à prefeitura, a quem cabe a decisão de liberar ou não a verba e realizar ou não as ações demandadas pelo conselho. O setor da educação mencionado pode ser representado tanto pela administração quanto especialmente pela figura do próprio secretário municipal de educação, pois é ele quem define as prioridades e a política educacional do município. A gestão administrativa é feita no setor de educação da prefeitura, seguindo os tramites, os prazos e os regulamentos da administração municipal. O polo por ser uma instituição vinculada a um consórcio entre partes que dividem responsabilidades, não tem e nem precisa possuir um departamento administrativo (jurídico, contábil, etc.) próprio, como as instituições autônomas. Em síntese, a gestão acaba sendo responsabilidade e realizada efetivamente no próprio setor de educação da prefeitura que é a instância última de deliberação, isto é, de poder de fato.

Não, conforme a necessidade, já tem uma reserva técnica lá, e conforme a necessidade do polo, a gente vai mandando e o departamento de educação é que faz essa gestão. Quem decide as necessidades é a unidade executora mesmo, as pessoas aqui, os tutores, coordenação (Coordenadora de Polo/ SP).

Mais direto é o secretário de educação, e a gente precisando da prefeita, ele contata a prefeita, algumas vezes precisa de um documento, precisa conversar, mas o contato direto é com o secretário de educação (Coordenadora de Polo/BA).

No caso, depende da prefeitura. Então a gente vê que está precisando de reforma, mas daí tem processo de licitação, tudo tem um procedimento para chegar aqui. Então nós temos que aguardar, não adianta falar “olha vou pintar hoje”, porque não existe essa verba deste jeito, não existe o PDDE, então espero que a gente regularize tudo (Coordenadora de Polo/MG).

Com relação à pessoa da coordenadora de polo, em função das atividades inerentes à função, fica evidente que o cargo é realmente (prioritariamente) político,

tanto que mesmo que a coordenadora assuma e, geralmente, é assim mesmo, uma postura autônoma com relação à política, já que é sempre uma pessoa diretamente vinculada à educação, militante educacional e respeitada entre os pares, o cargo é informalmente considerado, um cargo de confiança. Cabe ressaltar que a indicação da prefeitura ao cargo de coordenadora de polo, não conduz imediatamente e necessariamente à função, sendo respeitado os critérios estabelecidos pelo Capes, com posterior indicação de nomes numa lista tríplice, mas que na prática nem sempre funciona desta forma. Assim, o perfil de coordenador de polo para que o polo tenha realmente sucesso e vida longa (institucional), deve ser polivalente, especialmente do ponto de vista político e empreendedor.

Eu acho que também é um problema político, o coordenador de polo tem que ser uma pessoa política também, porque se eu resolver não me dar bem com o secretário municipal da educação, meu trabalho aqui seria inviável, se eu não tivesse um bom relacionamento com as pessoas dentro da prefeitura, como é que eu ia desenvolver um trabalho aqui? Não ia poder comprar nada, pedir nada, porque todas as necessidades do polo, como uma fechadura que quebra, eu tenho que pedir para o departamento de educação, mesmo que a gente tenha a nossa reserva técnica, eles têm toda uma estrutura de fazer esse gasto, de cotar preço, eu não tenho isso dentro do polo [...] (Coordenadora de Polo/SP).

Nesse sentido, a relação do coordenador de polo com a prefeitura é uma relação política, procurando justificar uma necessidade e legitimar um empreendimento, em busca não apenas da manutenção do polo, mas de apoio para abertura de novos cursos e na busca de mais verbas, de melhores infraestruturas, de mais pessoal, etc. Na verdade, é uma relação quase pessoal de envolvimento da coordenadora de polo com o secretário municipal de educação e com a prefeitura. Há necessidade de certo jogo de cintura e de algumas qualidades pessoais que o coordenador de polo deve possuir para assumir o cargo e a difícil empreitada. Assim, do ponto de vista do polo, não há nenhuma autonomia financeira, administrativa e organizacional, ficando recém da boa vontade e do interesse da prefeitura e também refém do jogo político local.

Observa-se que a realidade do processo de institucionalização dos polos de apoio presencial é mais difícil e complexa do que propõe a legislação dos polos, a literatura e os documentos oficiais. Sobressai o senso comum e não o caráter formal dos processos de institucionalização, não há teoria administrativa, pedagógica e educacional que dê conta, até o momento, de explicitar a complexidade do processo de institucionalização dos polos de apoio presencial. Nem mesmo o caráter administrativo, burocrático e organizacional consegue contemplar um processo que possa ser denominado de institucionalização dos polos de apoio presencial.

Não se trata de (des) institucionalização, mas certamente de uma (não) institucionalização, ou mais propriamente, de se recorrer a uma novidade e criar um conceito de (inter) institucionalização para contemplar uma parceria de responsabilidades em que os processos de institucionalização estejam igualmente divididos entre os entes do consórcio, mas não no objeto do consórcio em si, no caso, os polos. Nesse

último caso poder-se-ia concluir que a forma de institucionalização dos polos de apoio presencial inerentes à política de expansão do ensino superior a distância via UAB configura-se nos mesmos moldes da produção e da administração denominada de flexível. Por isso fica evidente que diante os esforços quase que pessoais de alguns sujeitos envolvidos diretamente com o consórcio, ainda permanece o receio e a dúvida da perenidade dos polos de apoio presencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida teve como objetivo tratar da política de institucionalização dos polos de apoio presencial, considerando os sentidos atribuídos à institucionalização dos polos de apoio presencial. Nessa perspectiva, em relação a definição de institucionalização, há entendimentos restritivos tanto dos coordenadores de polos quanto da teoria e da literatura. Ora restringe a institucionalização aos aspectos das condições materiais de funcionamento e de manutenção, ora aos aspectos administrativos e burocráticos, ora ainda às organizações institucionais, oriundas das teorias da administração.

O estudo ou a compreensão dos polos de apoio presencial em sua totalidade histórico-político e, portanto, em referência à inerente caracterização do Consórcio como nova modalidade institucional de fomento e de expansão do ensino superior é pouco tratado ou mesmo ignorado. Deste modo, não há uma compreensão objetiva e clara de que os polos de apoio presencial são frutos de uma política pública e educacional que é parte integrante de uma proposta de expansão do ensino superior em novos patamares de gestão gerencial, uma nova racionalidade fundamentada numa política de reforma do Estado.

Esta política de reforma do Estado e da educação gera como consequência um rearranjo institucional das instituições público-estatais nos moldes de uma administração flexível e portadora de um projeto de ajustes, que se traduz pela informalidade organizativa e administrativa, pela redução de gastos e custos educacionais e pela descaracterização da tradicional institucionalidade, inclusive da universidade presencial.

Enfim, o que se evidencia não é o desenvolvimento de um processo crescente de institucionalização dos polos, garantindo-se sua consolidação e sua continuidade, isto é, sua perenidade enquanto modalidade de ensino, mas um processo inverso, entretanto, não de (des) institucionalização, mas propriamente de (não) institucionalização.



## REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia C. de. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017 .

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.800/2006**. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)>. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº. 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, DF, 2007. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm)>. Acesso em 26 de janeiro de 2017.

BRASIL, Lei nº. 11.107, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm)>. Acesso em: 26 de jan. de 2017.

FERREIRA, M. & CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Público Brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, n. 19(2), São Paulo, maio/agosto, 2015.

FERREIRA, M; MILL, D. Institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: FIDALGO, F.S. et al. (Org.). **Educação à distância: meios, atores e processos**. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013. p. 43-57.

MILL, D; BRITO, N. D; SILVA, A. R. da; ALMEIDA, L. F. **Gestão da educação a distância (EAD) noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EAD**. Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes\\_35/daniel\\_mill\\_e\\_outros.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf). Acesso em 18 de jan. de 2017.

NASCIMENTO, J. P. R dos & VIEIRA, M. das G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 308-336, abr./jun. 2016

Polos de Apoio Presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB: Orientações para Mantenedores e Gestores. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, (s/d).

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 124, p. 943-960, jul-set.2003.

\_\_\_\_\_.SGUISSARDI, Valdemar. **Democratização ou massificação?** Política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <<http://doi.org/5kk>>. Acesso em 21 Mar. 2017.

VICENTE, D. E. de V. G; MELO, N. C. de; COSTA, C; DURAN, M. R. da C. Institucionalização dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil no Rio Grande do Sul e no Acre. SUD 2013 – **X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**. Belém/PA, 11 – 13 de junho de

WOLF, Sérgio M. **Influência da Competência Empreendedora dos Coordenadores nos Indicadores de Desempenho dos Polos EAD**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-381-1

